

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO PICK-UP 4X4, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Defesa Civil
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Lei nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 599/2020; Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/1993, Decreto nº 10.024/2019, Portaria Interministerial/ME Nº 424/2016 e Lei Complementar 123/2006.
1.4	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	<p>CAMINHONETE PICK-UP 4x4 - MÉDIO PORTE - CABINE DUPLA – 4 PORTAS - DIESEL 2.2 NO MÍNIMO - ZERO KM</p> <p>Cor Branca Capacidade de carga de no mínimo 1000kg, Capacidade para 05 (cinco) passageiros, Ano/modelo mínimo 2023/2023; Potência mínima de 160cv; Cambio manual com no mínimo 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) a ré; Freios ABS, Ar condicionado Banco do motorista com ajuste de altura Banco traseiro inteiro Capota marítima Engate traseiro com gancho de reboque e tomada elétrica integrada Motor 2.3 turbo diesel no mínimo Protetor de caçamba Rádio FM/AM, CD Player, Bluetooth, entrada USB/Auxiliar Sensor de estacionamento traseiro Tomada 12V Vidros elétricos e travamento nas 4 portas Direção hidráulica Airbag frontal duplo Cintos de segurança de 3 pinos com ajustes de altura e pré-tensionador</p> <p>03 (três) primeiras revisões por conta da fornecedora. Garantia mínima de (03) anos. Emplacamento e licenciamento do ano da compra inclusos.</p>	Und.	02

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente aquisição possui o fito de atender as necessidades do Setor Operacional no que concerne a regular atendimento a população em *demandas de prevenção* e a reparação dos danos causados e contenção daqueles próximos de ocorrerem na infraestrutura urbana, oriundos de eventos fortuitos que venham afetar o bem estar da população no todo ou em parte e, também, as medidas que venham a aliviar os danos físicos e/ou materiais que tenham ocorrido, e/ou evitar e minimizar os efeitos daqueles que estejam próximos de ocorrer ;

3.1.1 Justifica-se a aquisição de veículos 4x4 a natureza das atividades que impõem uma grande frequência de deslocamentos desses veículos entre os diversos bairros, quer seja para realizar vistorias, chamados de emergência, atividades administrativas e/ou atividades de apoio operacional em que os veículos são submetidos as circunstâncias da natureza, tendo em vista que a maioria das demandas são realizadas em localidades de difícil acesso, comprometidos pelo evento climático que assolou nosso município e a recorrente necessidade de conservação dos veículos, além do desgaste decorrente do uso freqüente.

3.1.2 Os Veículos adquiridos serão utilizados mediante ao planejamento operacional elaborado por esta Secretaria, tendo em vista a necessidade de deslocamento de seus servidores, para efetivação, tanto de medidas preventivas, quanto emergenciais e a respostas de eventos adversos.

3.2 Neste caso, em específico, a Administração Pública Municipal, necessita dos equipamentos especificados, de modo a garantir o atendimento a população em demandas de vistoria, fiscalização e prevenção, realizadas no município, para à prevenção e a reparação dos danos causados e contenção daqueles próximos de ocorrerem na infraestrutura urbana, assim como o de eventos fortuitos que venham afetar o bem estar da população. Entretanto, o Município não possui condições de realizar a aquisição dos objetos do presente certame sem que haja prejuízo de funções básicas necessárias à subsistência da população friburguense.

3.3 Assim sendo, a solução inequívoca no presente caso se traduz na aquisição dos veículos especificados, por intermédio de convênio 930379, relativo a Proposta/Plano de trabalho 3892/2022, assinado entre o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO** e o **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL** do Governo Federal.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme preconiza a Lei 10.520 de 2002, bem como o Decreto nº 10.024 de 2019 e Decreto Municipal nº 599/2020;

5. PADRONIZAÇÃO DA FROTA

5.1. Em caso de veículos em que a montadora Volkswagen não esteja fabricando e caso não haja outro modelo com características similares, fica autorizado a compra de veículo com características similares de montadoras diferentes.

5.2 Essa autorização faz-se necessária em face da nova fase do grama de Controle da Poluição de Ar - PROCONVE L7, que entrou em vigor em janeiro de 2022 e teve impacto em veículos da montadora Volkswagen e outras.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

6.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

6.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e

praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.4 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	44.90.52-06
5.1.2	Ficha / Fonte de Recurso:	01112 - 1702- R\$ 550.000,00
		00423 - 1500 - R\$ 85.966,67
5.1.3	Programa de Trabalho:	16001.0618201091.110

7.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso)

Nome do Requisitante	Secretaria Municipal de Defesa Civil
Endereço	Av. Alberto Braune, 223 – Centro – Nova Friburgo-RJ
Horário de Entrega	Segunda a sexta-feira, das 09 às 17 h.

8.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.4 Os bens serão recebidos no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório após a verificação da qualidade e quantidade de material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

8.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

8.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.1 ENTREGA TÉCNICA

9.2 A CONTRATADA deverá proceder a entrega em dias e horários previamente agendados junto a CONTRATANTE, informando em um prazo não inferior a 48 horas.

9.3 A entrega será feita juntamente com responsável técnico contratado pela CONTRATADA, afim de demonstração e conferência do funcionamento dos implementos, veículos e equipamentos.

9.4 Os veículos deverão, no ato da entrega, estarem acompanhados de seus respectivos implementos, certificado de garantia de todos os equipamentos e implementos, devidamente assinado e carimbado pela empresa vencedora, manual de peças e manutenção em meio físico e digital.

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

12.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

12.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

12.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

12.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

- 12.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 12.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 12.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 13.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
- 13.1.1 Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
- 13.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)
- 13.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 13.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.6 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Defesa Civil, para representá-la na execução do Contrato;
- 13.1.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- 13.1.8 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;
- 13.1.9 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Defesa Civil.

14. DA GARANTIA

- 14.1 O prazo de garantia mínima do(s) bem(ns)/produto(s) adquirido(s) será de no mínimo 03(três) anos ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data de expedição do Termo de Recebimento Definitivo. Para os casos em que a garantia do fabricante for superior a 12 (doze) meses prevalecerá a que for mais vantajosa para a Administração.

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 15.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

17.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Luiz Carlos Pereira de Freitas	207.038	Gestor titular
Alexandre Sanglard	207.623	Gestor substituto
Maicon da Silva Figueira	199.190	Fiscal titular
Roosevelt Raphael B da Silva	100.233	Fiscal substituto

17.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

17.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 635.966,67 (seiscentos e trinta e cinco mil e novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). Conforme cotação feita pela Secretaria de Infraestrutura e Logística para aquisição de veículo da mesma categoria através do processo 8.407/2022, aprovadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme convênio Plataforma Brasil, nº 930379/2022.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

19.4.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.4.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

19.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

19.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

20.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores técnicos administrativos, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

21.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

21.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

21.3.1 Advertência;

21.3.1 Multa:

21.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

21.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

21.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

21.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

21.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

21.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

21.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

21.5 As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

21.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

23. DA RESCISÃO

23.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Defesa Civil o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

23.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

23.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Defesa Civil;

23.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

23.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, **02 de fevereiro de 2023.**

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Luiz Carlos Pereira de Freitas Matr.: 207.038	<hr/> Maicon da Silva Figueira Matr.: 199.190

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

EVI GOMES DA SILVA
Secretário Municipal de Defesa Civil
Mat. 62.014